



SOLICITAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

I - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

RAZÃO SOCIAL	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	

II - IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL	
CPF	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	

III - IDENTIFICAÇÃO DO(S) IMÓVEL(IS)

INSCRIÇÃO(ÕES) IMOBILÁRIA(S) - MATRÍCULA(S)	
---	--

IV - FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL

ART. 150, VI, A, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS, UNS DOS OUTROS (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)	
ART. 150, VI, A, CF C/C ART. 150, §2º, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS, UNS DOS OUTROS (AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS)	

ART. 150, VI, B, CF	TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	
ART. 150, VI, C, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	
ART. 150, VI, C, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES	
ART. 150, VI, C, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO	
ART. 150, VI, C, CF	PATRIMÔNIO, RENDA OU SERVIÇOS DAS INSTITUIÇÕES ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS	

V - DECLARAÇÃO

ART. 150, VI, A, CF (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)	DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) PERTENCEM AO ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.	
ART. 150, VI, A, CF C/C ART. 150, §2º, CF (AUTARQUIA(S) OU FUNDAÇÃO(ÕES) PÚBLICA(S))	DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) DA(S) AUTARQUIA(S) OU DA(S) FUNDAÇÃO(ÕES) PÚBLICA(S) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.	

<p>ART. 150, VI, B, CF</p> <p>(TEMPLOS DE QUALQUER CULTO)</p>	<p>DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.</p>	
---	---	--

<p>ART. 150, VI, C, CF</p> <p>(PARTIDOS POLÍTICOS)</p>	<p>DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.</p>	
--	---	--

<p>ART. 150, VI, C, CF</p> <p>(ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES)</p>	<p>DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.</p>	
---	---	--

<p>ART. 150, VI, C, CF</p> <p>(INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO)</p>	<p>DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS</p>	
--	---	--

	INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.	
ART. 150, VI, C, CF (INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS)	DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(S) IMÓVEL(IS) ESTÃO VINCULADOS A SUAS FINALIDADES ESSENCIAIS, ÀS DELAS DECORRENTES OU, SE LOCADOS A TERCEIROS, AS RECEITAS DELA ADVINDAS ESTÃO SENDO APLICADAS NAS FINALIDADES ESSENCIAIS. DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.	

VI - DOCUMENTAÇÃO, MÍNIMA, EXIGIDA:

ART. 150, VI, A, CF (UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS)	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA;	
ART. 150, VI, A, CF C/C ART. 150, §2º, CF (AUTARQUIA(S) OU FUNDAÇÃO(ÕES) PÚBLICA(S))	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE	

	TRIBUTÁRIA;	
ART. 150, VI, B, CF (TEMPLOS DE QUALQUER CULTO)	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA; 4) ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL	

ART. 150, VI, C, CF (PARTIDOS POLÍTICOS)	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA; 4) ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL	
ART. 150, VI, C, CF (ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES)	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA	

		REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA; 4) ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL
ART. 150, VI, C, CF (INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO)	DE	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA; 4) ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL
ART. 150, VI, C, CF (INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS)	DE SEM	1) CERTIDÃO ATUALIZADA DE PROPRIEDADE DO(S) IMÓVEL(IS), ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA OU DOCUMENTO QUE COMPROVE A TITULARIDADE DO BEM; 2) CÓPIA DO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA E DO CPF DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL; 3) PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS PARA REQUERER A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA; 4) ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL